



N.º 6

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA 22 DE JUNHO DE 2007

Aos vinte e dois dias do mês de Junho de dois mil e sete, reuniu, pelas vinte e uma horas e catorze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1. Informação do Presidente da CME acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;**
- 2. Deliberação sobre uma proposta da CME para requerer a declaração de utilidade pública de parcela de terreno, para efeitos de expropriação, necessária à construção de rua projectada (Rua Dr. Emídio Guerreiro) no Plano de Urbanização de Évora (PUE).**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Rui Rosado, José Palma Rita, Agostinho Banha (em substituição de Mafalda Troncho), Jorge Lourido, Cristina Simões (em substituição de José Cardoso), Jorge Lopes (em substituição de Ana Maria Silva), Paula de Deus, M.^a Augusta Pereira, Alberto Magalhães (em substituição de Francisco Chalaça), Duarte Guerreiro (em substituição de Celino Silva), Nuno Lino, Nuno Leão, Carmen Cangarato (em substituição de António Murteira), Francisco Pândega (em substituição de Elsa Lopes), Eduardo Luciano, José Simão, António Ramos, Carlos Grácio, Jorge Gil, José Mateus, M.^a Margarida Fernandes, Baltazar Damas, Fernando Nunes, Silvino Costa, Baltazar Ramos (em substituição de Jerónimo Mendes), Isidro Lobo, Hermenegildo Charrua (em substituição de António Metrogos), José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Galão, Felisberto Bravo, António Maduro e Domingos Chumbo (em substituição de José Calado).

Faltaram os Senhores José Russo e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) Manuel Melgão, João Andrade Santos, António Dieb, José Barradas e Jesuína Pedreira.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** fez alusão às listagens da correspondência recebida no Secretariado da AME, uma remetida com a convocatória e outra acabada de ser distribuída, tendo depois anunciado que acabara de dar entrada na Mesa um Voto de Pesar, evocando a morte de **António Foito**, cujo 1º subscritor convidou que o apresentasse.

O Sr. **Eduardo Luciano** leu o documento na globalidade, o qual se apensa a esta acta.

Face ao exposto, o Sr. **Presidente** participou que a Mesa se associava ao acto.

Logo após, o Sr. **Rui Rosado** revelou que a bancada do PS subscrevia o documento, sublinhando a generosidade e o serviço público prestado por António Foito, cujas qualidades deviam ser apreciadas e respeitadas.

Por sua vez, o Sr. **Nuno Leão** comunicou que o PSD também se associava ao voto de pesar.

Tendo em conta as manifestações apresentadas, o Sr. **Presidente** propôs que, após a votação do documento, se fizesse um minuto de silêncio.

Como mais ninguém desejou falar, o Sr. **Presidente** pôs o Voto de Pesar à votação, que foi aprovado por unanimidade, tendo-se seguido um minuto de silêncio.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS

O Sr. **Presidente** colocou à ponderação do plenário os seguintes projectos de acta:

- N.º 3, da sessão de 13 de Abril de 2007.

Dado que ninguém sugeriu alterações, o Sr. **Presidente** pôs o documento à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções.

- N.º 4, da sessão de 27 de Abril de 2007.

O Sr. **Jorge Gil** salientou que o seu nome não figurava na lista dos presentes nem dos ausentes e como comparecera à reunião, alvitrou que fosse efectuada a respectiva correcção.

Em virtude de mais ninguém ter querido pronunciar-se sobre o documento, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor e sete abstenções.

Posto isto, o Sr. **Presidente** concedeu a palavra ao Sr. **Eduardo Luciano**, que manifestou alguma apreensão acerca de alguns aspectos do conteúdo dum documento aprovado no último Congresso da ANMP, tais como:



- A área da acção social, que, no seu entender, abre a porta à desresponsabilização da Administração Central, quer nos apoios às IPSS, quer quando assume a opção de privatização na gestão e titularidade dos equipamentos sociais;
- A vertente da educação, por permitir a transferência de pessoal não docente, bem como a transferência da construção e manutenção de equipamentos, num contexto que é, claramente, assumido como de subfinanciamento estatal para a mesma;
- O sector da saúde, cujas linhas de orientação podem fazer resvalar a genuína vontade de descentralização por parte do Poder Local, num processo de desconcentração e de desresponsabilização a promover pelo Governo.

A terminar, exprimiu que a CDU tem o entendimento que o desenvolvimento sustentado e equilibrado do país exige uma reforma descentralizadora do Estado, no sentido de o desburocratizar e aumentar a sua eficácia, a qual não se pode dissociar das regiões administrativas, sendo que nos documentos aprovados no aludido Congresso não há qualquer referência à criação das ditas.

Posteriormente, o Sr. **Jorge Lopes** leu a seguinte declaração: «O Grupo Municipal da CDU saúda os mais de um milhão e quatrocentos mil trabalhadores que, no passado dia 30 de Maio, protagonizaram uma impressionante jornada de luta, contribuindo para o êxito inquestionável da greve geral. A estagnação do tecido produtivo do país, o crescimento das assimetrias sociais, o aumento contínuo do custo de vida, bem como as alterações à legislação laboral, o aumento da taxa de desemprego, o encerramento compulsivo de serviços de saúde e estabelecimentos de ensino constituíram as razões profundas do descontentamento de várias centenas de milhar de trabalhadores que, contrariando os vaticínios de amorfismo propagados pelo Governo, demonstraram, de forma inequívoca, entender as razões subjacentes à convocação da greve.

O Grupo Municipal da CDU expressa, também, a sua solidariedade com os milhares de trabalhadores que, fruto da degradação das relações laborais e da crescente precarização dos vínculos profissionais, se viram impedidos de expressar o seu legítimo descontentamento, vítimas de medidas intimidatórias e de coerção cometidas por várias chefias, tanto no sector público como no sector privado, em flagrante atropelo ao direito à greve consagrado na Constituição Portuguesa.

O Grupo Municipal da CDU saúda, em especial, os milhares de trabalhadores que no nosso concelho aderiram a esta jornada de luta, com forte expressão, entre outros, nos serviços da administração local, no sector da educação, com o encerramento de várias escolas, no sector hospitalar e na EDP.

A extinção de serviços do Estado (feita passar por “racionalização” da administração pública) e a precarização das relações laborais (anunciada como “reforma” da administração pública), bem como a cumplicidade em relação a metodologias de actuação predatória por parte de várias empresas no sector privado (veja-se o recente anúncio do despedimento de 170 trabalhadores na KEMET), constituem-se como factores objectivos de desequilíbrio social que afectam, de forma estrutural, a qualidade de vida no concelho de Évora.

O Grupo Municipal da CDU entende que a valorização de políticas que promovam, efectivamente, a integração social, a defesa do acesso ao trabalho, o usufruto de serviços públicos gratuitos e de qualidade são condições imprescindíveis para o desenvolvimento real do país, no respeito pelos valores da liberdade e da dignidade humana».

De imediato, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **José Piteira**, que fez menção à rotunda da via rápida, próxima das traseiras do Seminário e das antigas instalações do PIC, na qual passa diariamente, garantindo que a mesma é esvaziada, para limpeza, de 8 em 8 dias, cuja água se perde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

para os esgotos, o que considerou um desperdício, para mais tendo a Câmara vindo a fazer campanhas para os munícipes pouparem tal recurso.

Respondendo à exposição do Sr. Jorge Lopes, o Sr. **Rui Rosado** opinou que a greve geral fez parte dum ritual de contestação do movimento sindical, que manteve o processo de intervenção habitual, próprio do século XX, achando que o mesmo não se adapta aos dias de hoje, nem à nova forma das sociedades se organizarem, pelo que anunciou que tal assunto não colhia qualquer receptividade por parte do PS.

A propósito do Voto de Pesar acabado de ser apresentado, o Sr. **Baltazar Damas** recordou o falecimento de outro cidadão, o Sr. **Luís Fonseca**, Presidente da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia da Horta das Figueiras, o qual qualificou de uma pessoa íntegra, lutadora e que dedicou uma boa parte da sua vida à comunidade.

Por outro lado, lamentou que esta sessão não se tivesse realizado na supracitada Freguesia, onde se poderia ter feito uma visita à Feira de S. João e um jantar pago pela mesma, à semelhança do que tem acontecido nas freguesias rurais.

Em resposta, o Sr. **Presidente** frisou que só era pena que quem lamentava não tivesse tido a iniciativa de propor tal ideia, ficando, no entanto, registada a disponibilidade da Junta para o efeito.

No seguimento da intervenção do Sr. R. Rosado, a Sra. **Paula de Deus** comentou que a preocupação com as leis laborais é uma questão de excelência para a bancada do PS, sendo importante desafiar as pessoas a investirem na sua formação e para se prepararem para um mundo competitivo, porque senão não poderão enfrentar as regras e o mercado de trabalho numa Europa global.

Entretanto, o Sr. **Abílio Fernandes** fez saber que ficara surpreendido com a notícia da morte do Sr. Luís Fonseca, tendo subscrito o Voto de Pesar apresentado pelo Sr. B. Damas, não deixando de relevar que o aludido munícipe dedicara toda a sua vida à causa pública, o qual lançou o jardim público do Bairro S. José da Ponte, com uma mobilização popular indescritível. Face ao exposto, propôs um minuto de silêncio em memória do Sr. Fonseca.

O Sr. **Presidente** divulgou que a Mesa também se associava ao acto, sendo que depois foi respeitado um minuto de silêncio em homenagem ao referido munícipe.

Respondendo ao Sr. J. Piteira, o Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que a fonte ao fundo da rampa do Seminário dispõe dum sistema de bombagem, que pressupõe, na sua construção, a existência de dois reservatórios, um à superfície e outro dentro da estrutura, sendo que a água é drenada para este quando se procede à lavagem, não havendo, portanto, desperdício.

Mais elucidou que a frequência da limpeza da fonte é, em média, uma vez por mês, apesar de agora se ter feito um esforço maior por estarem a decorrer as Festas da Cidade.

Por último, lembrou que o vento arrasta, particularmente no Outono, uma quantidade imensa de folhas para dentro do reservatório superficial, as quais ficam acumuladas no fundo, podendo entupir as bombas e causar que se queimem, havendo necessidade, neste caso, que a fonte seja limpa com maior frequência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Posteriormente o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Nuno Leão**, que recordou que numa passada reunião deste Órgão falara do estacionamento «selvagem» junto ao Teatro Garcia de Resende, tendo proposto que o período de estacionamento do parque subterrâneo da Praça Joaquim António d'Aguiar fosse dilatado, tendo agora constatado que tal já sucedera. Assim, perguntou à Vereação qual tinha sido a adesão dos automobilistas ao respectivo alargamento e se a autarquia tinha alguma estratégia para combater o estacionamento abusivo junto ao citado Teatro.

Por outro lado, fez saber que deixara o seu carro, aquando da efectuação da sessão da AME de 16.06.07, na antiga estação da Rodoviária, tendo verificado que a mesma tinha um aspecto inacabado, pelo que perguntou se o dito parque era provisório ou se era para continuar.

Perante o explanado, o Sr. **Presidente da CME** deu a conhecer que o Executivo decidira transmitir ao Conselho de Administração do SITEE que era perfeitamente pertinente que o alargamento do horário do parque de estacionamento subterrâneo da Praça Joaquim António d'Aguiar fosse concretizado, particularmente durante o período de Verão, de modo a permitir que as pessoas que fossem assistir aos espectáculos no TGR pudessem deixar os seus carros bem estacionados e sem se preocuparem com o encerramento da estrutura.

Quanto ao parque instalado na ex-Rodoviária, afirmou que o dito era definitivo, não deixando de participar que estava firmado, com o SITEE, um protocolo provisório para assegurar o estacionamento durante a Feira de S. João, prevendo-se que durante o próximo mês de Julho seja celebrado um contrato definitivo para o efeito.

Retomando o uso da palavra, o Sr. **José Piteira** falou do Plano de Ordenamento da Albufeira de Monte Novo, que saiu num Diário da República em 2003, o qual estabelecia uma série de regras, sendo que apenas foram cumpridas as que diziam respeito ao cidadão normal, porque aquelas que eram destinadas às autarquias nenhuma foi executada, nomeadamente ao nível da fiscalização, de se impedir que o gado fosse beber à albufeira e das vedações para os animais, onde deveria existir uma zona de protecção com cerca de 150 metros, tendo perguntado ao Executivo se havia alguma novidade sobre a matéria.

Por outro lado e em relação ao PDM, revelou que pedira reuniões com o Sr. Director das Estradas de Portugal e com a CME, para debater o futuro traçado do IP2, entre S. Manços e Estremoz, designadamente acerca de que se irá haver uma ligação directa à estrada n.º 254, que passa por N.ª Sra. de Machede, S. Miguel de Machede e Redondo, sendo certo que até ao momento nada lhe tinha sido garantido.

Por sua vez, o Sr. **Isidro Lobo** chamou à atenção da Administração municipal para o facto de constar no último Boletim Municipal uns balneários construídos na Freguesia da Graça do Divor, quando tal obra nem sequer foi iniciada, uma vez que a Junta está a pensar executá-la em 2008, achando grave semelhante acto.

Ainda sobre o parque de estacionamento instalado na ex-Rodoviária, o Sr. **Palma Rita** solicitou à Vereação que clarificasse melhor os pressupostos da utilização do mesmo, tendo em conta que sempre fora entendimento do PSD que a lógica da autarquia era de retirar os carros do centro histórico e não o contrário, sobretudo por se tratar dum edifício nobre, que poderia ser reabilitado para serviços ou para outra actividade.

Noutro contexto, fez alusão aos acordos assinados esta semana pelo Sr. Ministro das Cidades e do Ordenamento de Território, visando a instalação duma plataforma logística no Poceirão, tendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

recordado ter visto na comunicação social o Sr. Presidente da CME dizer que estaria reservada, em Évora, uma área para o efeito, pelo que lhe inquiriu quais as implicações que tal decisão poderiam ter para esta cidade, bem como se não poderia suceder que os nós rodoviários, da ligação Sines-Espanha, fossem alterados.

Face ao desenrolar dos acontecimentos, o Sr. **Eduardo Luciano** opinou que as matérias postas pelos dois oradores antecedentes fariam mais sentido no ponto referente à Informação das actividades da Câmara.

O Sr. **Presidente** concordou com a observação do Membro supracitado, acrescentando que não era um problema da Mesa mas sim de quem estava a colocar as questões.

Então, o Sr. **Palma Rita** justificou que a plataforma logística do Poceirão não estava contida nas actividades da Câmara Municipal, pelo que não teria cabimento apresentar tal assunto no ponto 1 desta agenda.

Respondendo às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da edilidade** começou por aflorar os temas levantados pelo Sr. J. Piteira, tendo esclarecido que a autarquia, no que concerne ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Monte Novo, tem apenas responsabilidades nos quinhentos metros seguintes ao perímetro da mesma, porque todas as barragens em Portugal estão sob a alçada do Instituto Nacional da Água (INAG).

Quanto às cercas, explicou que tal matéria é da competência dos proprietários dos terrenos, tendo a edilidade somente a atribuição da fiscalização, admitindo que a dita ainda não possui as condições necessárias para que a sua função, nesta área, possa ser eficaz em todo o território, não deixando de convidar todos os Presidentes de Junta a ajudarem-na nestas acções.

Acerca do IP2, divulgou que o traçado estava definido, o qual já foi alvo dum inquérito público sobre o estudo de impacto ambiental, não sabendo responder se estava previsto algum nó de ligação a N.ª Sra. de Machede. Contudo, fez notar ao Sr. J. Piteira que poderia deslocar-se ao Departamento de Ordenamento e Gestão do Território da CME, onde poderia verificar, nas plantas, se tal estava projectado.

Relativamente à fotografia colocada no Boletim Municipal, clarificou que se tratava dum erro, na medida em que a pessoa que foi incumbida dessa tarefa fotografou as casas de banho públicas em vez dos sanitários da Casa do Povo de N.ª Sra. da Graça do Divor, para os quais a autarquia contribuiu com um subsídio de 10.000 €, tendo pedido desculpa pelo lapso.

No que respeita às questões colocadas pelo Sr. P. Rita, explicitou que não havia alteração de estratégia no que concerne ao estacionamento dentro do centro histórico, uma vez que sempre tem havido, desde que é Presidente, uma preocupação muito acentuada em valorizar as funções intramuros, nomeadamente a da habitação e a de apoio ao comércio tradicional, sustentadas numa política de garantir o máximo de estacionamento com grande rotatividade, ou seja, de curta duração.

No que se reporta à plataforma logística do Poceirão, declarou que se tratava dum decisão do Governo, não sabendo quais as suas implicações para o concelho de Évora, podendo apenas dizer que na proposta do Plano Director Municipal estava demarcada uma área de 300 hectares para o efeito, situada no principal nó de acessibilidades a sul do país, onde se encontrarão a estação de TGV de Évora, o IP2, no seu cruzamento com a A6, o principal eixo rodoviário de ligação Lisboa – Madrid e o principal eixo ferroviário de ligação ao porto de Sines, com gare própria. Por tudo isto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

argumentou que tinha perfeita pertinência a concretização, em Évora, duma plataforma logística, com ou sem apoio da Administração Central.

Findo o discurso atrás descrito, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o PAOD.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. **Presidente da Câmara** informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Abril e Maio/07, destacando especialmente:

- As comemorações do 33º aniversário do 25 de Abril, que decorreram em todo o concelho e em cujo programa se integrou a inauguração das obras de requalificação do troço Porta de Alconchel/Portas da Lagoa;
- O início da discussão pública da proposta de revisão do Plano Director Municipal;
- A conclusão das obras em S. Vicente do Pigeiro, em S. Braz do Regedouro e em S. Sebastião da Giesteira;
- A inauguração das bibliotecas escolares em S. Manços e Azaruja;
- A adesão do município à 25ª edição da Volta ao Alentejo em Bicicleta, cuja última etapa fez o poletão passar por diversos lugares do concelho, tendo a cerimónia de consagração dos ciclistas decorrido em Évora, junto ao Templo Romano;
- A 1ª Semana Mundial das Nações Unidas para a Segurança Rodoviária, que, através de vários eventos, alertou a população para a necessidade de prevenção e diminuição da sinistralidade rodoviária;
- E o acolhimento do Portugal Gym-Gimnaestrada, o maior festival de ginástica nacional, que trouxe a Évora muitas centenas de praticantes de todo o país.

Depois, fez menção aos seguintes eventos: à 7ª edição da Feira do Livro, ao Festival de Jazz Itinerante do País «InJazz», ao concurso Imagem J «Évora e o Temp(1)o» e ao 7º Encontro do Alentejo de Música do Século XXI.

Sobre a situação financeira da autarquia em 31 de Maio, deu a conhecer que, em termos de execução orçamental, a arrecadação de receitas foi melhor do que no ano passado, registando um crescimento de quase um milhão de euros, sendo que a dívida à banca continua sob controlo, não se tendo verificado qualquer aumento e, no que toca aos fundos comunitários, a Câmara tem ainda para receber consideráveis montantes.

De imediato, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que exaltou o trabalho desenvolvido pelo Executivo dos dois meses em apreço, apesar das dificuldades orçamentais, não deixando de fazer alusão à 1ª Semana Mundial das Nações Unidas para a Segurança Rodoviária, dando a conhecer que participara nalgumas acções, nomeadamente em parceria com organizações da sociedade civil. Ressaltou, também, a requalificação do troço entre a Porta de Alconchel e as Portas da Lagoa, que confere à cidade um aspecto digno de realce.

Mais à frente, relevou o evento «**Gimnaestrada**», que pôs Évora a “mexer” e no espaço mediático, para além de ter feito menção ao facto do Conselho de Ministros se ter reunido nesta urbe, cujo acontecimento fê-la aparecer ao nível nacional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por fim, enfatizou a protecção à criança, através do apoio dado pela Câmara à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), e a **2ª Semana da Prevenção dos Maus Tratos Infantis**, promovida pela Associação «**Chão dos Meninos**», que teve a ajuda logística da CME.

Por seu turno, O Sr. **Jorge Lourido** manifestou que gostaria de abordar dois aspectos: as comemorações do 25 de Abril e a conclusão da 2ª fase do Polis, ente a Porta de Alconchel e as Portas da Lagoa.

Relativamente ao primeiro, mostrou estranheza por fazer-se uma referência muito ligeira às realizações levadas a efeito pela S.O.I.R. Joaquim António d'Aguiar, com o apoio da autarquia, dado que durante todo o mês de Abril foram efectuados nove concertos, um recital de poesia e dois debates, parecendo-lhe insuficiente a descrição feita no Relatório em causa. Ainda neste campo, evocou um café-concerto efectuado na Escola Secundária Gabriel Pereira, denominado «**Cantigas em Maio**», que esgotou a lotação, o qual, na sua óptica, também mereceria ser focado na Informação da Câmara.

Com respeito ao segundo, recordou que o projecto inicial previa alargar o espaço de ajardinamento da envolvente da muralha em cerca de mais seis metros do que aquilo que ficou, com uma via com dois sentidos, com quatro faixas de circulação e com um separador ao meio, que seria essencial para a segurança rodoviária, sendo que a rotunda das Portas da Lagoa seria bastante aumentada e seria construída uma nova rotunda no acesso à estrada das piscinas, não tendo deixado de assinalar a falta de coerência dos princípios inspiradores do programa Polis e a sua sofrível concretização em Évora, pensando que a paisagem foi sacrificada e diminuída. Por tudo isto, formulou ao Executivo, por escrito e através da Mesa da Assembleia, um requerimento para obter toda a documentação relacionada com a obra em causa.

Posteriormente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **João Valverde**, que relatou o caso duma senhora muito pobre, com cerca de 30 anos, bastante obesa, que tem uma filha com 14 anos e que não recebe qualquer provento, a qual tem recorrido a diversas instituições para a ajudarem, sem êxito, tendo depois perguntado ao Executivo se havia alguma possibilidade de a Câmara lhe dar apoio.

Logo após, o Sr. **Eduardo Luciano** felicitou toda a Vereação pela implementação do Passe Social Jovem, embora tenha lembrado que o mesmo fora decidido em Julho de 2006 e entrado em vigor no dia 1 de Junho/07, pelo que lhe inquiriu o porquê de tal discrepância de tempo (1 ano).

Depois, foi dada a palavra à Sra. **Margarida Fernandes**, que se cingiu às Obras em Preparação (pág. nº 32 da Informação), designadamente à conduta da Rua do Arrife, tendo recordado que ela já apresentava sinais de degradação, sendo que há algum tempo um veículo pesado embateu nela e, aparentemente, agravou a sua estabilidade. Fez saber que nessa altura a J. F. da Malagueira enviou, à edilidade, um fax a manifestar a sua preocupação, não tendo obtido qualquer resposta, pelo que agora interrogou à Administração Municipal para quando a reparação da estrutura em apreço.

Na sequência do apontamento do Sr. Lourido, acerca das obras do Polis, o Sr. **Nuno Leão** deu a conta que há cerca de duas semanas calcorreara o traçado do programa Polis, desde a Porta do Raimundo até às Portas da Lagoa, tendo verificado que alguns equipamentos estavam degradados, nomeadamente os bebedouros (só existia um a funcionar, o mais próximo das Portas da Lagoa) e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

30 a 40% das lâmpadas estavam fundidas, lamentando que uma obra tão recente já estivesse naquele estado.

O orador seguinte foi o Sr. **Gazimba Simão**, que demonstrou interesse em saber se no próximo ano lectivo a CME estava disposta a recandidatar-se ao projecto de introdução de educação artística, de inglês e de desporto (com outros objectivos) no ensino básico e se já havia alguma avaliação sobre o programa ora terminado, lembrando que estavam em causa quase duas mil crianças.

Por outro lado, quis saber qual fora a posição da ANMP, aquando da realização do seu XVII Congresso em Ponta Delgada, sobre a transferência de competências relativas ao pessoal não docente e das instalações até ao 9º ano de escolaridade, não deixando de interrogar o que era que a Câmara de Évora pensava acerca da matéria.

Por seu turno, o Sr. **Isidro Lobo** opinou que o documento em debate pecava por falar pouco das Freguesias Rurais, achando que o investimento nelas feito era insignificante.

Noutro contexto, divulgou que tivera conhecimento que o Governo disporia duma verba avultada para distribuir pelas Freguesias, destinada a equipamentos para combater os fogos, pelo que perguntou ao Executivo se sabia alguma coisa sobre o assunto.

Sobre a questão acabada de ser afluada, o Sr. **José Piteira** manifestou a sua estranheza por não ver no Relatório da Câmara qualquer referência ao protocolo celebrado entre o Governo e a ANAFRE, com a finalidade de transferir para as Juntas de Freguesia oito milhões de euros, consoante as candidaturas apresentadas, para as mesmas se equiparem com alguns utensílios, com vista a poderem combaterem os primeiros focos de incêndios.

Paralelamente, criticou o facto da autarquia não proceder à limpeza das bermas das estradas municipais, nomeadamente na Freguesia de N.ª Sra. de Machede, não dando o exemplo aos particulares.

Por último, voltou a falar da fonte sita na rotunda da via rápida, próxima das traseiras do Seminário, reiterando não ter detectado qualquer reservatório com capacidade para armazenar a água, pelo que solicitou à Vereação que lhe disponibilizasse o técnico responsável pelo serviço, para lhe explicar a questão, pensando lá existir apenas um tanque de compensação e que a água vai para o esgoto.

Prontificando-se a responder às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da CME** começou por focar o tema das comemorações do 25 de Abril, esclarecendo que se referira às celebrações levadas a cabo pela edilidade e ao apoio dado a outras em bairros e em Freguesias, no que concerne a transportes, palcos, etc., não tendo tido qualquer intenção de menosprezar outras iniciativas.

Sobre o problema colocado pelo Sr. J. Valverde, clarificou que a autarquia tinha em curso algumas ajudas, através dos seus serviços de acção social, tendo-o aconselhado a contactar o respectivo Departamento, para além de dever procurar fazer chegar a situação aos órgãos próprios (à Comissão Social de Freguesias, à Comissão Social Municipal e à Segurança Social), no sentido de poder obter algum apoio pontual, sendo que, na sua óptica, o caso necessitava dum auxílio continuado.

Quanto à pergunta posta pelo Sr. E. Luciano, explicou que houve necessidade de adequar alguns procedimentos internos à execução do Passe Social Jovem, não deixando de revelar que a Sra. Vereadora Filomena Araújo reconhecera, em reunião de Câmara, que existira, da parte dos serviços inerentes, um atraso significativo na sua implementação, admitindo que os mesmos deveriam ter sido pressionados para acelerarem o processo.



Com respeito à conduta da Rua do Arrife, elucidou que o projecto esteve muitos anos à espera duma solução por parte do Sr. Arq.º Siza Vieira, a qual já foi encontrada, tendo, entretanto, sido lançado o concurso e a obra irá ser executada a partir do próximo mês de Julho.

Acerca do assunto afluído pelo Sr. N. Leão, clarificou que as lâmpadas não estavam fundidas, mas sim destruídas, em virtude de terem sido encontrados, várias vezes, paralelepípedos, que foram utilizados para partir os focos. No mesmo contexto, comunicou que os aspersores de regra já tinham sido todos substituídos, uma vez que os originais foram todos danificados, não deixando de acrescentar que as grades são frequentemente derrubadas.

Com respeito aos temas levantados pelo Sr. G. Simão, deu conta que o alargamento de horário abrangeu cerca de 90% das crianças do 1º Ciclo neste concelho, sendo a avaliação francamente positiva, pelo que a Câmara irá dar-lhe continuidade no próximo ano lectivo.

No que toca à questão da transferência de competências, frisou que a ANMP está disponível para discuti-la com o Governo e que a CME acompanha-a nesse aspecto, ou seja, não há recusa dos municípios em receberem essas atribuições, tudo dependendo da forma e dos conteúdos que os protocolos tiverem, particularmente no que respeita à responsabilização, porque ficarem só como agência de pagamentos não interessa.

Relativamente à observação do Sr. I. Lobo, comentou que era a sua maneira de ver, sendo a opinião da Vereação precisamente contrária, justificando que o volume de obras nas Freguesias Rurais tem sido significativo, as quais são discutidas com os Presidentes de Junta, tal como irá acontecer em Agosto próximo em N.ª Sra. da Graça do Divor, onde irão ser pavimentadas as Ruas das Quintas e da Quinta Seca, cujos projectos foram considerados prioritários pelo Sr. I. Lobo.

No que concerne aos equipamentos para combater incêndios, fez saber que à Câmara local não chegara qualquer verba para o efeito e que a mesma não fora mobilizada para tal.

Acerca da falta de limpeza das bermas, tornou claro que o problema se devia à insuficiência de materiais para realizar todos os trabalhos. De qualquer forma, anunciou que a edilidade lançou um concurso a empresários privados para efectuarem o trabalho, o qual ficou deserto. Feito um segundo concurso, registou-se apenas uma candidatura, ficando o respectivo empreiteiro encarregue de proceder à limpeza dos caminhos e estradas municipais.

Ainda sobre o assunto do tanque de compensação, divulgou que fora a informação que recebera, mas que o Sr. Eng.º Costa e o Sr. Cardoso (responsáveis do respectivo serviço) estavam à disposição do Sr. Piteira para tirar as dúvidas que entendesse.

Em relação ao Polis, explicitou que havia um projecto que foi integralmente respeitado, excepto no alargamento da via entre a Porta de Alconchel e as Portas da Lagoa, uma vez que foi entendido, na altura, que não era uma opção correcta, porque aproximaria a mesma demasiado dos prédios da Horta da Porta, não deixando de adiantar que se se colocasse lá um separador central agravaria o problema do excesso de velocidade.

No que se reporta à rotunda da estrada das piscinas, informou que era uma questão que estava em aberto.

Ainda acerca deste tema, recordou que quando o Executivo do PS chegou à Câmara, em 2002, anteriormente já se tinha recebido 25% do contrato-programa do Polis, só que o dinheiro não foi gasto no projecto.

Face às explicações dadas pelo orador antecedente, o Sr. **Jorge Lourido** argumentou que não ficara elucidado sobre em que momento a Câmara adoptara e aprovara a posição em causa, justificando-se ainda mais o requerimento que apresentara nesse sentido.



Acerca da última parte da intervenção do Sr. Presidente da autarquia, o Sr. **Abílio Fernandes** inquiriu-lhe como é que ele guardava qualquer financiamento específico.

Respondendo ao Sr. J. Lourido, o Sr. **Presidente da CME** esclareceu que a via tem exactamente a mesma dimensão que a CDU propunha, só com uma diferença: é que, para efeitos de gestão económica e financeira do projecto, a transferência da dita para o lado da urbanização nova não foi executada, permitindo a sua largura a utilização de quatro faixas sem se ter gasto um cêntimo. Mais participou que a rotunda das Portas da Lagoa será requalificada, no âmbito das obras da 2ª fase do Polis, que decorrerão entre estas e as Portas de Avis.

Já sobre a interrogação avançada pelo Sr. A. Fernandes, comunicou que investe o numerário nos projectos, sendo que deu a conhecer que a primeira tranche significou um adiantamento para a obra começar, não tendo a gestão da CDU sequer pago o projecto de arquitectura.

Tais palavras motivaram o Sr. **Abílio Fernandes** a dizer que era mentira e um descaramento, na medida em que a verba em apreço tinha em vista expropriar os terrenos para se construir o Parque Urbano, que fazia parte do Polis, o qual seria erigido entre a mata do Jardim Público e a ribeira da Torregela.

Em resposta, o Sr. **Presidente da Câmara** venceu que não era mentiroso e que, para prová-lo, iria enviar ao Sr. A. Fernandes cópias das notas dos honorários do arquitecto que o mesmo contratara, contendo as datas em que os valores tinham sido pagos.

Contraopondo, o Sr. **Abílio Fernandes** declarou que o Sr. Presidente da Câmara tinha revelado falta de humildade democrática, em não admitir que podia estar errado.

Seguidamente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Nuno Lino**, o qual frisou que estranhava os termos que o Sr. Abílio Fernandes andava a usar recentemente nas assembleias, porquanto numa das últimas sessões mandara o Sr. Francisco Chalaça «comer um fardo de palha» e hoje chamara mentiroso ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. **Abílio Fernandes** respondeu que o Sr. N. Lino crescesse e aparecesse.

Perante o desenrolar dos acontecimentos, O Sr. **Presidente** frisou que é sempre condenável o excesso de linguagem num debate democrático, advogando que as divergências devem ser esgrimidas dentro de regras de urbanidade aceitáveis.

Como mais ninguém desejou usar da palavra, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o 1º ponto da ordem do dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE UMA PROPOSTA DA CME PARA REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE PARCELA DE TERRENO, PARA EFEITOS DE EXPROPRIAÇÃO, NECESSÁRIA À CONSTRUÇÃO DE RUA PROJECTADA (RUA DR. EMÍDIO GUERREIRO) NO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA (PUE)

O Sr. **Presidente da CME** explicou que a intenção era concluir uma via que estava prevista no PUE, essencial para a ligação entre o Bairro dos Leões e a nova Urbanização das Tâmaras, tendo sido seguidos todos os procedimentos legais previstos, faltando apenas a anuência da Assembleia Municipal para o efeito.

Em virtude de ninguém se ter inscrito para falar, o Sr. **Presidente** colocou o 2º ponto da ordem de trabalhos à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o ponto 2 da ordem do dia da presente reunião, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Dado que ninguém da assistência demonstrou interesse em falar e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão pelas vinte e três horas e quarenta minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada, na sessão de 28/12/2007, por maioria, com 32 votos a favor e 5 abstenções)